

GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO: MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PARA O NORTE

GEOPOLITCS OF ARCTIC: POLICY CHANGES TO THE NORTH

Enoil de Souza Júnior

Bacharel em Geografia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro Polar e Climático

enoil.junior@ufrgs.br

Kátia Kellem da Rosa

Doutora em Geociências

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro Polar e Climático

katia.rosa@ufrgs.br

Jefferson Cardia Simões

Doutor em Glaciologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro Polar e Climático

jefferson.simoes@ufrgs.br

RESUMO

Ao longo das últimas duas décadas, rápidas mudanças climáticas têm afetado o Ártico, onde a diminuição da cobertura de gelo marinho no seu oceano abriu novas rotas marítimas e expõe recursos minerais até então inexplorados, transformando as políticas dos países do extremo norte do planeta para com meio ambiente e com o potencial de criar novas tensões entre os países com interesse na região. Assim, novas políticas foram criadas para atender essa nova realidade ambiental e política, seguindo estratégias que visam uma melhor relação com os vizinhos e, ao mesmo tempo, propondo diretrizes para exploração de recursos de maneira menos danosa ao meio ambiente, garantindo também a integração dos povos indígenas nas políticas regionais. Esse artigo propõe-se a examinar essas políticas, para compreender como os países da região estão se preparando para esses novos desafios e assim traçar o novo cenário geopolítico da região.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, geopolítica, Ártico

ABSTRACT

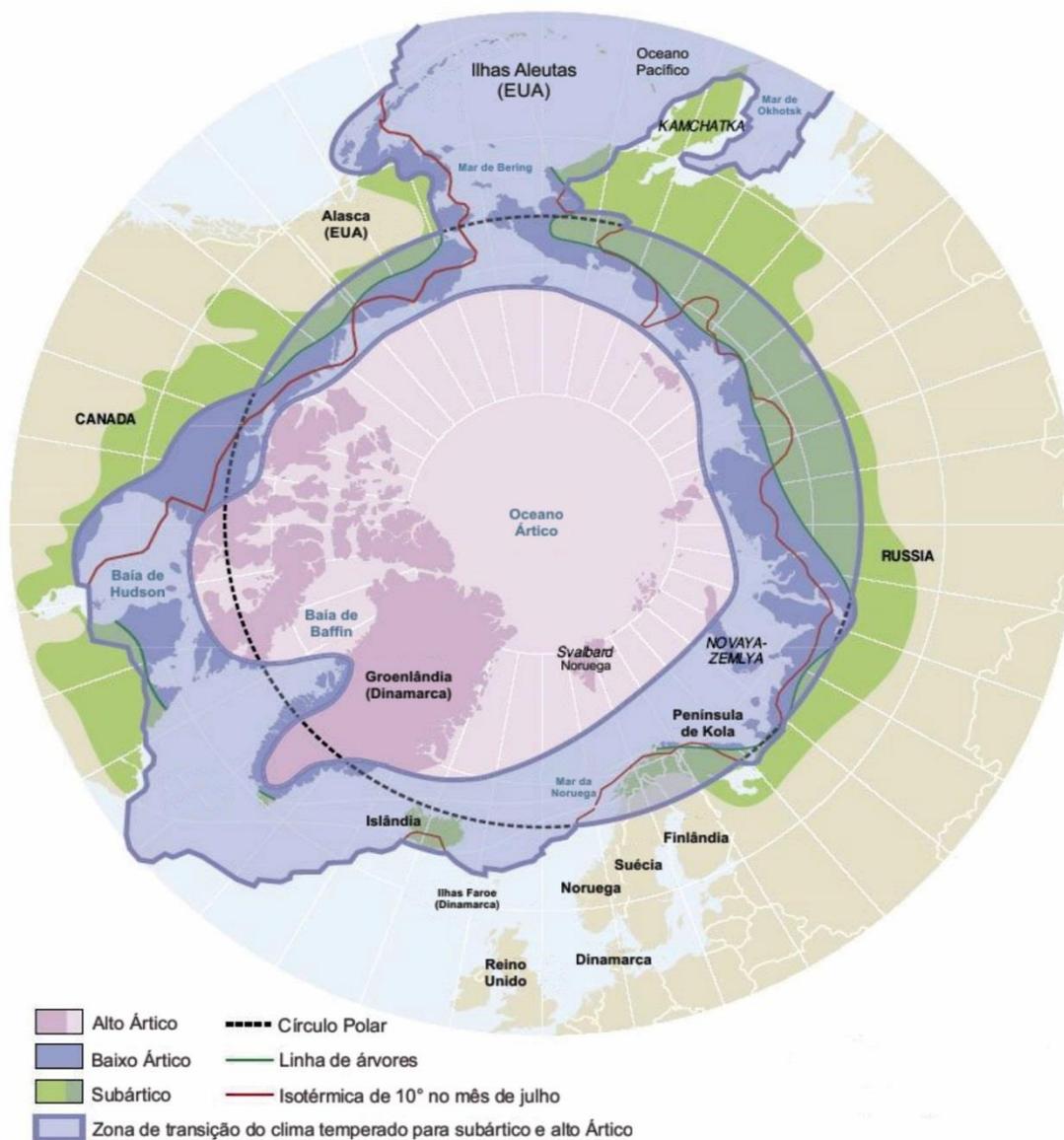
Over the past two decades, rapid climate changes have affected the Arctic, where the decrease in sea ice coverage in its ocean opened up new shipping routes and exposed hitherto unexplored mineral resources, transforming the environmental policies of the far north countries and it has the potential of creating new tensions among countries with interests in the region. Thus, new policies were created to meet the new environmental and political reality, following strategies to better relations with neighbors and at the same time, proposing guidelines for the exploitation of less harmful resources to the environment, and also ensuring the integration of indigenous people in regional policies. This article proposes to examine these policies, helping understand how the region's countries are gearing up to these new challenges and thus trace a new geo-political scenario of the region

Keywords: Climate change, geopolitics, Arctic

1 - Introdução

Com o aumento das temperaturas e a consequente diminuição na cobertura de gelo marinho, surge no cenário internacional uma nova região até então pouco explorada, a região Ártica (Figura 1).

Figura 1 – Região Ártica e seus diferentes limites



Fonte: Traduzido de AMAP, 1998

De acordo com USGS (*United States Geological Survey*), departamento de Geologia dos EUA (2008), 13% do petróleo mundial e 30% do gás natural ainda não descobertos estão situados ao norte do Círculo Polar Ártico, sendo que das reservas de gás, 70% estão no

setor russo. Tamnes (2011) aponta o alto grau de incerteza quanto a essas reservas de combustíveis fósseis, o desafio e risco ambiental, logístico, tecnológico e o alto custo para extração desses recursos.

Esse artigo propõe-se a examinar as recentes políticas criadas diante do novo panorama ambiental e geopolítico no Ártico, buscando-se compreender como os países da região estão se preparando para esses novos desafios e assim traçar o novo cenário geopolítico da região. Utilizou-se a metodologia de pesquisa dedutiva, num primeiro momento buscou-se analisar como os autores geopolíticos clássicos embasam as teorias geopolíticas utilizadas no século XX, posteriormente realizou-se uma pesquisa nos documentos publicados pelos países árticos para apreender as ações propostas para a região.

2 - O Ártico nas Teorias Geopolíticas

Esta área do globo foi pouco ou nada contemplada na Geopolítica Clássica, pois era vista como uma barreira branca intransponível. Nesta seção discutimos as principais correntes da Geopolítica e como o oceano congelado era visto por estes pensadores e durante muito tempo nem era apresentada em mapas, por exemplo, na projeção tradicional de Mercator. Após o século XX, com conflitos relacionados às Guerras, esta região ficou evidenciada em sua importância geopolítica estratégica, com a imposição de bases militares de países como a Rússia e os Estados Unidos.

2.1 - Mahan

Um pouco esquecido pelos geógrafos brasileiros, Alfred Mahan (1840-1914) foi quem elaborou a principal teoria geopolítica usada hoje, o controle dos mares. Em seu livro *The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783* (1890), Mahan, inspirado pelo domínio britânico através dos mares, cria sua teoria geopolítica para os Estados Unidos da América se firmarem como potência mundial, porém o controle dos mares se daria com pontos estratégicos espalhados pelo globo, exatamente como os EUA tem atualmente bases militares em pontos estratégicos, no Caribe em Cuba, na Ásia no Japão e Coreia do Sul, no Pacífico no Havaí entre outras.

No início do século XX, Mahan acreditava que seria necessário obter um forte poder marítimo para competir com o poder terrestre do Império Russo, este último deveria ser

isolado pelas franjas dos continentes. O Império Russo, de acordo com Mahan, não estava bem situado estrategicamente pois tinha pouco acesso aos mares. Nesse recorte teórico, a Rússia não poderia exercer uma influência global de forma efetiva, pois ela é totalmente dependente do Oceano Ártico, Mahan (1900) salientou que sem a saída ao norte, a marinha russa ficava limitada e vulnerável ao passar por estreitos como mostra a figura 2.

Figura 2 - Áreas onde a marinha russa fica exposta a outras nações e as melhores saídas ao norte, outrora quase inacessível.



Fonte: Autor, 2015.

Partindo de São Petersburgo é necessário passar pelo mar Báltico expondo-se aos países nórdicos no golfo da Finlândia e no estreito dinamarquês, partindo da Criméia para o mar Negro é necessário atravessar o estreito de Dardanelos e Gibraltar para alcançar o Oceano Atlântico ou o canal de Suez para chegar ao Oceano Índico. O acesso a mar aberto é viável através do porto de Vladivostok na costa do Pacífico, entretanto este porto é distante do centro econômico e político e também há a proximidade do Japão (MAHAN, 1900).

Sem dúvida alguma Alfred Mahan foi um visionário, entretanto via o Ártico como uma barreira para o poder terrestre russo, e isto é compreensível devido à época em que viveu. Todavia, com as rápidas mudanças climáticas e a redução na extensão do gelo marinho,

e a consequente maior navegabilidade no Oceano Ártico, sua teoria global seria remodelada para dar conta da mudança de postura da geoestratégia russa.

2.2 - Mackinder

Outro importante pensador do século XX, Halford Mackinder (1861-1947), compreendia o mundo de uma forma diferente de Mahan e teorizou que a melhor posição geográfica e estratégica era ocupada pela Rússia onde poderia influenciar de forma significativa as áreas periféricas da Eurásia. Na teoria de Mackinder o que ele chama de área pivô, figura 3, seria uma zona de posicionamento estratégico, como destaca Bessa (2001, p.146):

A leste da cordilheira dos Urais, para lá do rio Deniestre que se estende para norte até às regiões geladas da Sibéria e que corre para leste até ao rio Amur. Se pelo norte está isolada por mares gelados, pelo sul corre sobre um cordão de desertos da Arábia ao Gobi e separa-se por linhas de montanhas como a dos Himalaias, que dificultam o contacto.

Para Mackinder, o Ártico não tem importância estratégica além do fato de proteger a fronteira norte da Eurásia. Ainda, ele considerava o litoral norte russo mais seguro diante as potências marítimas pois, tendo os três maiores rios russos, Lena, Yenisei e Ob congelam no inverno.

Figura 3 - A área pivô de Mackinder



Fonte: MACKINDER, 1942

2.3 - *Seversky*

O Ártico passa a figurar na teoria geopolítica primeiramente em Alexander de Seversky (1894 – 1974), aviador russo radicado nos EUA após a revolução bolchevique. Ele foi o primeiro a teorizar o poder aéreo na teoria geopolítica, destacando que com o aumento da autonomia das aeronaves, os EUA poderiam ser atacados via Ártico (LEAL, 2012). “Alexander de Seversky foi o primeiro grande teorizador geopolítico a relevar a importância do Ártico, colocando-o no centro de gravidade da sua concepção global, graças às possibilidades agora que o avião proporcionava” (LEAL, 2012, p.58).

Durante a guerra fria, isso se tornou uma realidade, ou seja, o Ártico passou a ter uma importância estratégica muito grande devido a maior autonomia dos bombardeiros.

Como pode se observar nesta análise sobre as teorias geopolíticas, o Ártico teve pouco destaque até os dias atuais, entretanto no início do século XXI muito tem se pesquisado e teorizado sobre a geopolítica dos países árticos por conta dos recursos encontrados nas águas e também no assoalho oceânico.

Para um país ocupar o posto de potência mundial e influenciar significativamente a geopolítica global, como afirma Mahan, é vital o domínio mundial dos mares. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, os ideais de Mackinder de ocupar grandes áreas ditas como estratégicas caíram por terra. Podemos usar o exemplo brasileiro de transferir a capital para o interior, essa medida teve e tem valor para a Geografia Política, ou seja, a gestão do território, como políticas de interiorização do país. Porém a ideia de que a capital estaria mais segura no interior do continente, perdeu sentido após o desenvolvimento de mísseis intercontinentais.

Outro fato que torna a teoria de Mackinder desatualizada, é que não são necessárias grandes áreas continentais para um país ter peso na geopolítica regional. Por exemplo, o caso de Israel, um país pequeno em área, mas com um grande poderio bélico. Não dizemos, contudo, que algumas regiões não são de fato estratégicas, mas o conceito da área pivô já não é tão relevante no século XXI devido a revolução técnico-científico-informacional teorizada por SANTOS (2012).

Os geógrafos brasileiros esqueceram ou ignoram Mahan, sendo pouco ou nada discutido no Brasil, um país que tem um vasto litoral, mais de 8 mil km de linha de costa e almeja sentar-se junto aos grandes. Hoje os olhos dos estrategistas brasileiros devem-se voltar

mais para o mar, deixando as teorias de Mackinder de lado e notando que as maiores ameaças podem vir pelo litoral.

3. Mudança nas políticas para o Ártico

Por conta das mudanças ambientais decorrentes do aumento das temperaturas e maior derretimento do gelo marinho, os países árticos estão se adaptando a essas mudanças e criando políticas e estratégias para a região. Huebert (2011) relata que essas mudanças geopolítica-ambientais, como a diminuição do gelo marinho e a expectativa de acesso a recursos minerais, tornam a região o centro das atenções na comunidade internacional, e pergunta se a região ártica se tornará uma zona de tensão e conflito ou será uma zona de cooperação internacional. Analisando as políticas e o modo como cada país está se preparando, busca-se o cenário mais fidedigno possível para responder este questionamento.

É notório que os países da região desejam um Ártico pacífico, entretanto tem-se aumentado substancialmente o investimento nas forças armadas tanto no desenvolvimento e rearmamento de tropas para patrulhar e exercer suas soberanias na região (Tabela 1). Dos países que possuem litoral dentro do Círculo Polar, EUA, Canadá, Dinamarca (Groenlândia), Noruega e Rússia, chamados de Ártico 5, o único que estabeleceu sua frota com o objetivo primário de policiar sua região de interesse é o Canadá. Dinamarca, Noruega, Rússia e Estados Unidos já começaram ou pretendem investir em sistema de armas projetados para guerra (HUEBERT, 2010).

Tabela 1 – Construção e planejamento de frota para o Norte 1989-2010

País	Sistema	Tipo	Número	Status	Quebra-gelo	Combate
Canadá		Navios de patrulha para alto mar	6 para 8	Definição de projeto	Gelo de primeiro ano	Não
	John Diefenbaker	Grande quebra-gelo	1	Definição de projeto	Sim	Não
	Thetis	Fragata	4	Construído 1988-1992	Gelo de primeiro ano	Sim
Dinamarca	Knud Rasmussen	Navio de patrulha para alto mar	2	Construído 2005-2009	Gelo de primeiro ano	Sim
	Flyvefisken	Comando e apoio	10	Construído 1985-1996	Não	Sim
	Absalon	Fragata	2	Construído 2004-2005	Improvável	Sim
	Ivar Huitfeldt	Fragata	3	Construído 2008-2013	Improvável	Sim
	Fridtjof Nansen	Fragata	5	Construído 2000-2010	Não	Sim
Noruega	Svalbard	Navio de patrulha para alto mar	1	Construído 2000-2001	Sim	Limitado
	Skjold	Navio de patrulha rápida	6	Construído 1997-2009	Possível	Sim
	Harstad	Navio de patrulha para alto mar	4	Construído 2003-2005	Limitado	Não
Rússia	Yuriy Dolgorukiy ou Borei	Submarino nuclear míssil balístico	4	Construindo 1996 -?	Sim	Sim
	Severodvinsk ou Yasen	Submarino Nuclear de ataque	2 (5 planejados)	Construindo 1993- 2015	Sim	Sim
	St. Petersburg ou Lada	Submarino diesel-elétrico	4	Construindo 1997 -?	Sim	Sim
	50 Years of Victory	Quebra-gelo nuclear	1	Construído 1989-2007	Sim	Não
Estados Unidos	Seawolf	Submarino Nuclear de ataque	3	Construído 1989-2005	Sim	Sim
	Virginia	Submarino Nuclear de ataque	3 (6 em construção; 12 planejados)	Construindo 2000-?	Sim	Sim

Fonte: HUEBERT, 2010

3.1 - Estados Unidos da América

O documento *Arctic Region Policy* (ESTADOS UNIDOS, 2009) destaca que os EUA é uma nação ártica e possui interesses na região que são divididos em política, segurança nacional e interesses no Ártico, governança internacional, extensão da plataforma continental e assuntos fronteiriços, promoção da cooperação científica internacional,

transporte marítimo via Ártico, assuntos econômicos, proteção e conservação da natureza e recursos.

Há a intenção de fortalecer as relações com os outros 7 países árticos (Canadá, Dinamarca, Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia), envolver os povos indígenas nas decisões que os afetam e aumentar as pesquisas na região. Nos assuntos estratégicos, os EUA pretendem aumentar sua capacidade de se proteger por terra, ar e mar, preservar a mobilidade de embarcações civis e militares e aeronaves na região e, quanto as disputas fronteiriças do assoalho oceânico, incentivam as discussões por vias diplomáticas. Algo importante é a busca pelo consentimento do seu senado em aderir a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (ESTADOS UNIDOS, 2009) para que possam requerer a criação de uma zona econômica exclusiva no Oceano Ártico.

Ademais, os americanos continuarão fomentando as pesquisas na região, para permanecer na vanguarda da pesquisa ártica, e também para promover encontros para divulgação científica. As pesquisas devem ajudar a preservar e conservar o meio ambiente e também contribuir para a mitigação de possíveis impactos ambientais por conta de exploração de recursos naturais (ESTADOS UNIDOS, 2009).

3.2 - Canadá

A política do Canadá para o norte, *Canada's Northern Strategy* (CANADÁ, 2012) é baseada na cooperação com os povos indígenas e com os países vizinhos. Essa política é formada por quatro pilares: proteção do patrimônio ambiental, desenvolvimento econômico e social, exercício da soberania e a melhora da governança. O governo canadense reconhece a importância do Conselho Ártico, Conselho Ártico é formado por Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, e Suécia, esses países possuem o status de Estados membros. Além desses, 6 órgãos representam as comunidades indígenas árticas e possuem o status de membros permanentes. Também há membros observadores como Alemanha, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, e Polônia. O Conselho Ártico foi fundado em Ottawa e teve como seu primeiro presidente o Canadá, além disso reforça o discurso da cooperação internacional.

3.3 - Rússia

A Rússia até o século XXI considerou sua geopolítica voltada para o continente, pois a maior parte do seu litoral é voltado para as águas geladas do Oceano Ártico, que na maior

parte do ano permanecia congelada, dificultando mas não impedindo a movimentação de seus navios e submarinos na região. Por isso, durante a guerra fria, a estratégia militar russa foi baseada em submarinos. Todavia, a ideia que Rússia é um país voltado para o continente é um paradigma ultrapassado, a abertura da Rota do Mar do Norte (ou Passagem Nordeste), fez os russos voltarem-se para o Oceano (ANTRIM, 2011).

Essa mudança de planejamento estratégico não ocorre somente por conta do acesso a recursos como óleo e gás e novas áreas de pesca, mas por algo também fundamental para um país de proporções gigantescas (com uma área de 17.098.242 km² (CIA, 2014)) o acesso a rios que desaguam no Oceano Ártico. Esse acesso por via fluvial facilita e torna mais barato a logística, tornando maior a integração do território nacional (ANTRIM, 2011).

A Rússia é o país que mais tem ambições no Ártico e com altos gastos na economia e na militarização da região. Os russos estão reativando e remodelando sua Marinha para os próximos dez anos e desenvolvendo navios quebra-gelo de terceira geração e também estabelecendo patrulhas de guarda costeira para vigiar as fronteiras do Ártico russo (TAMNES, 2010) e como noticiado no portal de notícias VOZ DA RÚSSIA (2013),

O Ministério da Defesa da Rússia restabeleceu a presença militar permanente do país no Ártico, organizando o envio do grupo de navios de combate da Frota do Norte, chefiado pelo cruzador nuclear de mísseis pesado Petr Velikiy às áreas da Via Marítima do Norte. As missões cumpridas por navios da Frota do Norte são parte de um plano de desenvolvimento e modernização de toda a Via Marítima do Norte e zonas árticas adjacentes. Além disso, nas ilhas da Nova Sibéria será restaurado e modernizado o aeroporto Temp localizado nas ilhas Kotelny (VOZ DA RÚSSIA, 14/09/2013).

A Federação Russa tem sérias razões para fazer do norte seu principal foco de atenção, pois geograficamente sua linha de costa cobre quase metade do círculo polar, além de ter abundantes recursos na região como óleo e gás (ZYSK, 2011). Além disso, é da Região Ártica que partem as embarcações da Marinha Russa, submarinos nucleares e navios que compõem as frotas militares, como a Frota do Pacífico (ZYSK, 2011).

Ainda, para que a Rússia possa de fato tomar posse de suas riquezas submarinas terá de fazer cooperações internacionais para aquisição de novas tecnologias, isso abre a porta para uma maior interação com os países ocidentais, visto que também investimentos vindos do oeste serão aceitos de bom grado (ZYSK, 2011).

A estratégia russa para o Ártico, *The fundamentals of state policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and beyond*, destaca as terras russas situadas no Ártico, o extremo norte do país, bem como as ilhas localizadas no Oceano Ártico.

No documento, Rússia (2008) destaca seus principais interesses na região, o uso dos recursos do Ártico para o desenvolvimento do país, preservação do Ártico como uma zona de paz e cooperação, além de destacar a manutenção do potencial de combate da Frota do Norte. Também destaca a conservação ecológica, utilizando os recursos de maneira sustentável e buscando o menor dano ambiental possível, e o uso da rota do Mar do Norte como via arterial de transporte.

Ainda de acordo com essa política, no campo científico há o interesse de criar um Sistema de Informações Geográficas de modo a favorecer a resolução de problemas ambientais, de defesa e segurança e para dar suporte à produção nas condições climáticas do Ártico (RÚSSIA, 2008).

Por fim a Federação Russa expressa seu desejo de ocupar a liderança sobre os assuntos referentes ao Ártico, e procura destacar o seu domínio sobre a Passagem do Nordeste, também salienta a necessidade de cooperação com os vizinhos, e o papel dos fóruns internacionais como o Conselho Ártico e os cuidados quanto aos povos indígenas que habitam a região (RÚSSIA, 2008).

3.4 - Noruega

Tamnes (2011) destaca aspectos estratégicos da Noruega no Alto Ártico são eles: o mais importante, a preservação e manutenção da soberania nacional, que significa promover a estabilidade e a baixa tensão na região e desenvolver a extração dos recursos renováveis e não-renováveis de forma sustentável e aumentar a cooperação com os vizinhos, principalmente com a Rússia que possui muitos objetivos em comum. Para isso, tem sido realizada uma série de exercícios militares em conjunto com os russos, que visam operações antipirataria e resgate de marinheiros, entre outros objetivos.

Ainda, a Noruega tenta atrair a atenção dos signatários do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Oceano Ártico, e também busca manter visível sua presença militar no norte (TAMNES, 2011).

A política estratégica da Noruega, *The Norwegian Government's High North Strategy* (2006), ressalta as prioridades norueguesas em relação ao Ártico, chamado de Extremo Norte. Entre as prioridades estão, exercer soberania, fazer esforço em conjunto com os vizinhos para gerar conhecimento sobre a região, utilizar os recursos de maneira sustentável e proteger o meio ambiente, proteger a tradição e a cultura dos povos indígenas e ainda, reforçar a cooperação principalmente com a Rússia (Noruega, 2006).

3.5 - Finlândia

A política estratégica finlandesa para o Ártico, *Finland's Strategy for the Arctic Region*, trata dos residentes nas altas latitudes, educação, pesquisa, economia, meio ambiente e cooperação com os outros países árticos. Esta política surge pelo aumento da importância da região e também pelo seu potencial. A Finlândia está muito interessada em fomentar o desenvolvimento regional (FINLÂNDIA, 2013).

A região ártica possui uma população total de cerca de quatro milhões de habitantes, sendo 10% indígenas e dentre estes, a população Saami (Lapões) gira entorno de 82 - 97 mil e 10 mil destes residem na Lapônia finlandesa, contudo os Saami habitam também o norte da Noruega, norte da Suécia e também a península de Kola (Rússia). As mudanças climáticas e o crescimento das atividades econômicas têm afetado o estilo de vida do povo Saami, assim o governo finlandês pretende fomentar o desenvolvimento econômico, social e ecológico de forma sustentável. E para que haja o bem-estar da população local é imperativo o acesso a trabalho, serviços básicos, segurança e educação (FINLÂNDIA, 2013).

Os povos indígenas têm status de participantes permanentes no Conselho Ártico e os Saami são representados pelo Conselho Saami. Desta forma, os direitos dos povos indígenas é uma das prioridades da estratégia finlandesa para o Ártico, assim os Saami podem desenvolver sua cultura, linguagem e suas atividades tradicionais (FINLÂNDIA, 2013).

Na área de pesquisa a Finlândia investe em pesquisas relacionadas ao norte, principalmente relacionadas ao clima e as alterações decorrentes das mudanças climáticas, exploração de recursos naturais e uso do solo. O documento, Finlândia (2013) também fala da importância da divulgação científica para que os tomadores de decisão estejam bem embasados, e a população se conscientize sobre a importância do Ártico.

Ainda há a preocupação quanto a exploração (exploração diferentemente do termo exploração, significa a retirada ou uso efetivo dos recursos, enquanto exploração, é somente a procura por tais riquezas) de óleo e gás, sendo necessários investimentos em uma infraestrutura eficiente, todas perfurações e estruturas de produção devem ser especialmente projetados para suportar as condições severas da região, e também são tomados todos os cuidados em relação aos riscos associados a utilização do óleo, como vazamentos. Outra área que cresce economicamente no Ártico finlandês é a mineração, há uma busca de investimentos estrangeiros neste setor. Finlândia (2013) demonstra objetivo de extrair os recursos minerais de forma eco eficiente, ou seja, utilizar os recursos mas com o menor dano ambiental possível.

Na questão ambiental o documento supracitado tem como objetivo identificar as condições adversas do ambiente Ártico relacionados a presença humana e prevenção da poluição, desenvolver áreas de conservação ambiental, para melhorar a proteção à natureza e o bem-estar social. Criar planos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas entendendo a região como indo além de suas fronteiras, cooperando assim com os vizinhos.

O governo finlandês busca reforçar a cooperação internacional para casos de buscas e salvamento, da mesma maneira, intensificar a cooperação com os vizinhos e fortalecer a segurança na região, reforçando o papel de país Ártico. Outro objetivo do governo é reiterar o Conselho Ártico como principal órgão mediador regional, este conselho surgiu através da articulação do governo local. Há também o interesse de estreitar relações com a Rússia e manter um Centro de Informações do Ártico da União Europeia na cidade de Rovaniemi, na universidade da Lapônia, centro norte da Finlândia, demonstrando assim o interesse em tornar a União Europeia um ator mais presente nas políticas da região (FINLÂNDIA, 2013).

3.6 - Groenlândia (Dinamarca)

O reino da Dinamarca é formado por três partes, Dinamarca, Groenlândia, que possui costa no Oceano Ártico e Ilhas Faroer. As Ilhas Faroer possuem autonomia (home rule) desde 1948 e Groenlândia desde 1979 e em 2009 a Groenlândia adquiriu uma autonomia maior (self-government) (DINAMARCA, 2011).

Essa maior autonomia groenlandesa pode gerar a independência, caso seja esse o desejo da população local. Esse documento prevê também que caso sejam descobertos recursos minerais, a decisão de exploração e exploração pertence às autoridades locais (DINAMARCA, 2011). O governo dinamarquês ressalta a importância da descoberta de recursos minerais na Groenlândia, pois dessa forma diminuiria o subsídio à maior ilha do mundo. O documento da mesma forma diz que a estratégia para o Ártico visa primeiramente o bem-estar, direitos e aspirações da população que lá reside.

A coroa dinamarquesa tem como seus objetivos no Ártico, a prevenção de conflitos, a não militarização da região e preservação da confiança e cooperação dos vizinhos. Igualmente relata que as três partes do reino buscarão “um Ártico pacífico e seguro, com crescimento e desenvolvimento sustentável, respeitando o clima, natureza e meio ambiente em estreita colaboração com os parceiros internacionais” (DINAMARCA, 2011, p. 11).

O ponto sobre segurança do documento *Strategy for the Arctic 2011–2020*, expõe que o direito internacional possui bases sólidas para a resolução de conflitos e que a segurança marítima é prioridade, destacando as condições severas do clima exigem constante treinamento e cooperação regional para busca e salvamento. Assim, lembra que cabem às forças armadas dinamarquesas o exercício da soberania e mais uma vez destaca a importância da cooperação com os vizinhos a este respeito (DINAMARCA, 2011).

Em se tratando de recursos minerais, a Dinamarca deseja a exploração de acordo com os mais elevados padrões internacionais em segurança, saúde, meio ambiente, preparação e resposta com retorno para a sociedade. Nesta linha, o uso de fontes de energias renováveis deve ser incentivado. Igualmente as pesquisas na região serão incentivadas e devem auxiliar o desenvolvimento da indústria e da sociedade (DINAMARCA, 2011).

Por fim, o documento destaca que o conhecimento sobre as mudanças climáticas e suas consequências na parte mais setentrional do planeta são importantes para planos de adaptação local. A Dinamarca também deseja aumentar a cooperação com o Conselho Ártico, União Europeia e anseia por um maior protagonismo dos países nórdicos (DINAMARCA, 2011).

Se por um lado o governo dinamarquês é contra a militarização do Ártico, do outro, em 2009 anunciou a criação de um comando militar ártico e também uma força-tarefa, além

de uma força de resposta que incluem aviões de combate, além de modernizar sua marinha (HUEBERT, 2011). Esse autor ainda destaca que a maior preocupação geopolítica da Dinamarca é a segurança nacional (Groenlândia), busca e salvamento, vigilância e manutenção da soberania, proteção de áreas de pesca e resposta ante vazamento de óleo.

3.7 - Suécia

A estratégia sueca para o Ártico, *The Arctic: Sweden's strategy for the Region* (SUÉCIA, 2011), discute a necessidade de uma nova política para o norte, por causa do aquecimento da região e legitima a Suécia como país Ártico.

Em Suécia (2011), afirma-se a primordialidade da cooperação internacional na região e o papel de fóruns como o Conselho Ártico, para a discussão das questões do Ártico e destaca também a importância da participação do Conselho Parlamentar Saami nestas discussões.

Dentre as prioridades apontadas pelo documento está a proteção ao meio ambiente, a Suécia está trabalhando para reduzir suas emissões de gases causadores do efeito estufa, buscando amenizar sua participação nas mudanças climáticas, e também está investindo para estar na vanguarda das pesquisas sobre o clima, meio ambiente e impacto das mudanças climáticas nas comunidades indígenas (SUÉCIA, 2011).

O desenvolvimento econômico também figura entre os interesses no norte, assim, os destaques estão entre a exploração de petróleo, mineração e recursos florestais, o país planeja promover o desenvolvimento econômico de maneira sustentável. Outra atitude prevista no documento está a preocupação com os impactos sobre os povos indígenas, considerando que as mudanças climáticas já estão afetando o modo de vida dessas populações, há preocupação também em preservar a cultura Saami, um dos objetivos é promover a sobrevivência da língua Saami (SUÉCIA, 2011).

3.8 - Islândia

A política islandesa para o Ártico, *A Parliamentary Resolution on Iceland's Arctic Policy* (ISLÂNDIA, 2011), está definida em doze princípios, este documento foi aprovado pelo parlamento em março de 2011.

A Islândia não faz parte do Ártico 5, pois não possui litoral banhado pelo Oceano Ártico, por isso deseja que o Conselho Ártico seja considerado o principal órgão internacional

sobre questões do Ártico (princípio 1). Ao mesmo tempo deseja ser reconhecido como um Estado banhado pelas águas do OA, para isso alega que suas águas territoriais e ZEE avançam em direção ao norte, cruzando o Círculo Polar (2).

O parlamento também questiona a definição de Região Ártica, entendida muitas vezes como a área que está exclusivamente dentro do Círculo Polar, argumentando que esta região deve ser tratada de forma mais abrangente, pelo viés ecológico, econômico, de políticas e segurança (3). No âmbito das disputas, e reconhecimento territorial, reconhecem a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar como a única legislação competente para resolver os assuntos sobre navegação, pesca, exploração de petróleo, gás e outros recursos naturais na plataforma continental, delimitação marítima, poluição do mar, investigação científica marinha e resolução de litígios aplicável a todas as áreas marítimas, incluindo a região Ártica (4).

Ainda, a Islândia pretende aumentar a cooperação com as ilhas Faroé e Groenlândia com o objetivo de promover interesses e posições políticas (5), apoiar os povos indígenas e cooperar com as organizações indígenas para que participem das decisões sobre as questões regionais (6), aumentar a cooperação com outros países principalmente em relação aos interesses islandeses (7).

No que tange ao clima, haverá o esforço para reduzir a ação antrópica nas mudanças climáticas, ainda está previsto o fomento da atividade industrial e o uso sustentável dos recursos (8). Com relação a crescente tensão bélica, os islandeses são contra qualquer tipo de militarização no Ártico, neste item novamente é ressaltada a importância da cooperação com os países vizinhos (9). Nesta linha de cooperação, há o desejo de reforçar as relações comerciais com os outros países árticos (10).

No penúltimo item do documento, o parlamento islandês expressa a vontade de tornar a Islândia um lugar central de encontros, reuniões, conferências e debates relacionados ao Ártico (11). Por fim há interesse de envolver a população sobre as questões que envolvem a região, até para que as diretrizes estabelecidas nos doze princípios sejam de fato efetivadas (12) (ISLÂNDIA, 2011).

4 - Conclusões

Como a análise dos documentos publicados pelos países árticos, verifica-se que existem pontos de convergência nas políticas para região, como o desejo de maior integração com

os vizinhos, estando todos convencidos da necessidade de cooperação internacional. Também os povos indígenas são citados em todos os documentos, todos os oito países pretendem dar mais relevância para os povos indígenas do Ártico que são os maiores afetados pelas mudanças climáticas.

Ainda, a preservação do meio ambiente é uma preocupação comum aos países árticos, assim como o maior desenvolvimento de pesquisas na região. Quanto a exploração de recursos no Ártico, os desafios ambientais que estão postos ante a exploração de recursos não renováveis como a exploração de óleo e gás e mineração, gera o esforço pela busca de uma melhor gestão dessas riquezas.

Poucos pontos apresentam divergência, como por exemplo a não-militarização da região, defendida apenas por Suécia e Islândia. Outros países têm investido na proteção de suas fronteiras, como é o caso da Rússia principalmente e EUA. Aliás, a Rússia deseja ocupar o papel de liderança nas questões relacionadas ao Ártico e de fato identifica-se a Rússia como principal ator regional.

Não está claro na literatura se o Ártico será realmente uma zona de conflito ou de cooperação, pois ao mesmo tempo que há a busca por cooperação e maior integração com os vizinhos, há uma corrida bélica. A Rússia reativou a frota do Mar do Norte e outros países estão construindo navios de guerra e reformulando suas marinhas. Desta maneira, a situação no Ártico está incerta. Pode ser que essa corrida armamentista seja apenas uma demonstração de força, para que as soberanias reivindicadas no Ártico não sejam postas em risco, assim a situação no Ártico tende para uma diminuição na tensão.

O Brasil oficialmente não tem apresentado nenhum tipo de interesse nas questões árticas, o interesse brasileiro tem partido da parte dos pesquisadores, nesse ponto destaca-se o bom relacionamento do Brasil com a Rússia, um parceiro do BRICS (grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil poderia desenvolver junto com a Rússia tecnologias para exploração de petróleo e também aumentar o número de acordos entre instituições de ensino e pesquisa e dessa forma incentivar intercâmbio de alunos e professores pesquisadores.

No início desse artigo destacou-se a necessidade dos geógrafos brasileiros de inovar no campo geopolítico, contudo salientamos também a iniciativa do MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) Ciência Antártica para o Brasil, Plano de Ação 2013 –

2022 (2013) essa iniciativa visa o planejamento estratégico da ciência e também cita a necessidade de mais estudos sobre a região ártica por cientistas brasileiros, visto que há um número reduzido de pesquisadores que se dedicam especialmente a esta região.

Contudo destacamos que já há pesquisadores brasileiros envolvidos com as questões de geopolítica no Ártico, como é o caso de SANTOS (2007) e SOUZA JUNIOR & SIMÕES (2013). Assim vê-se que esta temática deve ter mais destaque nos próximos anos.

Agradecimentos

Os autores agradecem a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de mestrado e também ao INCT da Criosfera pelo fomento para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMAP. Arctic Monitoring and Assessment Programme. **AMAP Assessment Report: Arctic Pollution Issues**. 1998. Disponível em: <http://www.amap.no/documents/doc/amap-assessment-report-arctic-pollution-issues/68>. Acesso em 30/07/2014.

ANTRIM, Caitlyn L. The russian arctic in the twenty-first century. In: KRASKA, James. **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p.107-128.

CANADÁ. **Canada's Northern Strategy**. Disponível em: <http://www.northernstrategy.gc.ca/index-eng.asp>. Acesso em: 28/07/2014.

CIA. **THE WORLD FACTBOOK**. Central Asia: Russia. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>. Acesso em: 11/06/2014.

DINAMARCA. **Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011–2020**. Copenhagen: Rosendahls-Shultz grafisk a/s, 2011. 58p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Arctic Region Policy**. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2009/01/20090112-3.html>. Acesso em 18/07/2014.

FINLÂNDIA. **Finland's Strategy for the Arctic Region**. 2013. 67 p.

HUERBET, Rob. **The newly emerging Arctic security environment**. Canadiana Defence and Foreign Affairs Institute. 2010.

ISLÂNDIA. **A Parliamentary Resolution on Iceland's Arctic Policy**. 2011. 11p.

LEAL, J. L. R. **O Ártico como Espaço Geopolítico**. 2012. 475 f. Tese (Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais) – departamento de História, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2012.

MACKINDER, J. Halford. **Democratic ideals and reality a study in the politics of reconstruction by the right honourable**. Washington. NDU Press, 1942. p. 213

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Plano de ação 2013-2022**. 2013. 28p.

NORUEGA. Norwegian ministry of Foreign affairs. **The norwegian government's high north strategy**. 2006. Disponível em: <http://www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/strategien.pdf>. Acesso em: 29/07/2014.

RÚSSIA. Conselho de segurança da Federação Russa. **The fundamentals of state policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and beyond**. Traduzido por: Katarzyna Zysk. Disponível em: http://www.geopoliticsnorth.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=103. Acesso em: 29/07/2014

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos. **O regime jurídico do Ártico**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p.

SOUZA JUNIOR, E.; SIMÕES, Jefferson Cardia. A rápida retração do gelo marinho no Ártico e as tensões socioambientais associadas. **Revista GeoNorte**, v. 7, p. 349-360, 2013.

SUÉCIA. **The Arctic: Sweden's strategy for the region**. 2011. Disponível em: <http://www.government.se/sb/d/14766/a/167998>. Acesso em 29/07/2014.

TAMNES, Rolf. Arctic security and Norway. In: KRASKA, James. **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 47-63.

USGS. UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. **Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle**. Disponível em: <http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/fs2008-3049.pdf>. Acesso em 04/06/2014.

VOZ DA RÚSSIA. Rússia restabelece sua presença militar permanente no Ártico. Disponível em: http://portuguese.ruvr.ru/news/2013_09_14/Russia-restabelece-sua-presenca-militar-permanente-no-Artico-1854/. Acesso em 04/06/2014.

ZYSK, Katarzyna. Military aspects of Russia's Arctic policy. In: KRASKA, James. **Arctic security in an age of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 85-106.